

Dívida externa

Montoro pede moratória pelo prazo de três anos

**Da sucursal de
BRASÍLIA**

O governador de São Paulo, Franco Montoro, apresentou ontem à Comissão Executiva nacional do PMDB documento que chamou de "modelo alternativo de desenvolvimento para o Brasil", defendendo, "em respeito à soberania nacional, novo tratamento da dívida externa". Sem se referir expressamente ao termo "moratória", Montoro sugeriu que os prazos da dívida sejam adequados à capacidade de recuperação do País e seu pagamento, sempre que possível, feito com os produtos de exportação.

O "modelo alternativo de desenvolvimento" do governador paulista servirá de subsídio ao novo documento que o PMDB vai divulgar, com propostas para tirar o País da crise, e que está em fase de elaboração. A exemplo da proposta de Montoro, o documento peemedebista vai defender a moratória por três anos nos pagamentos da dívida externa, a retomada do desenvolvimento e o restabelecimento das eleições diretas para presidente da República.

Aos jornalistas, após a reunião, o governador de São Paulo esclareceu que não utilizou a expressão "moratória", mas assegurou que esta é a solução, acentuando: "Unilateral, se eles não aceitarem nossas condições, ou bilateral, se aceitarem". Montoro defendeu eleições diretas de presidente e falou também das diretrizes do governo de São Paulo.

Da Executiva nacional, só esta-

vam presentes no início da reunião Ulysses Guimarães, Mauro Benevides (diretor do Banespa), Sérgio Ferreira, Chagas Rodrigues e os líderes do partido. Pouco antes do encerramento chegaram Teotônio Vilela, Miguel Arraes, Francisco Pinto, Miro Teixeira, Pedro Simon e Euclides Scalco — com mais de uma hora de atraso.

Os cinco pontos apresentados por Montoro à direção nacional do PMDB "para a superação da crise nacional" são estes: 1) "Restabelecimento da confiança da população nas autoridades, mediante eleições diretas para presidente da República, com regras democráticas claramente definidas. E participação de todos os setores representativos da sociedade nas decisões de interesse coletivo;

2) "Fim da política de recessão e desemprego que nos vem sendo imposta: dinamização da economia e ampliação do mercado interno, mediante apoio prioritário à agricultura, à construção civil, à pequena e média empresa, à tecnologia e indústria nacional, especialmente a de máquinas e equipamentos. É preciso combater a especulação e apoiar as atividades produtivas;

3) Em respeito à soberania nacional, novo tratamento da dívida externa; exigência de prazos adequados à capacidade de recuperação do País e pagamento, sempre que possível, com nossos produtos de exportação;

4) Inversão da política centralizadora vigente, por meio de medidas administrativas e financeiras que as-

segurem a permanência de recursos e o poder de decisão nas comunidades locais. Especialmente a efetivação de uma reforma tributária em benefício dos municípios e dos Estados, como base de um novo federalismo;

5) Mobilização dos recursos públicos para o atendimento às necessidades básicas da população, alimentação e saúde, educação, segurança (da população), habitação e transporte coletivo".

ADIAMENTO

Ao contrário do que havia sido anunciado, não se realizou ontem à tarde na reunião da Comissão Executiva Nacional do PMDB o exame preliminar da proposta alternativa do partido para a crise sócio-econômica, preparada pelo economista Celso Furtado. Ulysses Guimarães esclareceu que as linhas básicas do documento precisam ser debatidas amplamente, o que pretende fazer até meados da próxima semana.

Ontem, o presidente e outros dirigentes do partido conversaram, novamente, com o economista Celso Furtado. A noite, na residência do deputado paulista, João Hermann, o presidente do PMDB teve uma reunião informal "com cerca de 40 deputados peemedebistas". Hoje, pela manhã, Ulysses vai reunir-se com um novo grupo do partido — "dinâmicos", segundo alguns —, do qual fazem parte Pimenta da Veiga, João Gilberto, Darcy Passos, Cristina Taques, Hermes Zanetti e Mirtes Beviláqua, entre outros.